

# DIÁLOGOS ENTRE PSICOLOGIA E SOCIEDADE: RESILIÊNCIA, UMA FORMA DE LIDAR COM A VIOLÊNCIA URBANA

Allysson Lessa Santos<sup>1</sup>

Larissa Santana de Carvalho<sup>2</sup>

Sthephanye Isabelly Souza Rodrigues da Silva<sup>3</sup>

Roberto Lopes Sales<sup>4</sup>

Psicologia



**cadernos de  
graduação**

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discutir a importância e a necessidade da resiliência como forma de lidar com o atual quadro da violência urbana no Brasil. Considerando a relevância do assunto, buscamos colaborar junto à sociedade na construção de futuras investigações que possibilitem o desenvolvimento de novas estratégias, visando promover a resiliência no contexto social brasileiro. Assim, partindo do contexto atual da violência urbana no país, destacamos as influências e os possíveis danos que ela acarreta à saúde pessoal e coletiva dos indivíduos. Em seguida, a discussão se volta para o conceito de resiliência, o seu processo de desenvolvimento diante das condições de violência e os possíveis fatores pessoais, familiares e sociais que influenciam nesse processo. Apontamos a resiliência como um processo contínuo, por meio do qual o ser humano potencializa aspectos saudáveis, auxiliando-o no enfrentamento de situações de risco de forma assertiva. Nesse sentido, é relevante a contribuição da resiliência na superação de traumas psicológicos mediante presentes fatores sociais de criminalidade, conflitos com armas de fogo e de morte precoce por violência. Concluímos este artigo, apontando algumas contribuições possíveis na elaboração de estratégias para promover a saúde da coletividade. De caráter qualitativo, este trabalho adotou a revisão bibliográfica como método de pesquisa, tendo como base informações e estudos divulgados em livros, artigos científicos e *sites*, como Scielo, Google Acadêmico, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

## PALAVRAS-CHAVES

Resiliência. Violência. Psicologia. Saúde.

## ABSTRACT

In view of the current national context of violence, this paper aims to discuss the importance and necessity of resilience as a way of dealing with urban violence. In order to collaborate with society in the construction of new psychological strategies to overcome situations of hostility and threat, we consider this subject as relevant. The current context of urban violence is addressed at the national level, presenting the influences of violence and possible damages to personal and collective health of individuals. We discuss the concept of resilience and its process of development in face of the conditions of violence, and the possible personal, family and social factors that influence this process. We point to resilience as a continuous process of the human being, so that it potentiates the healthy aspects, assisting in confronting situations of risk in an assertive way. We discuss the contribution of resilience to overcoming psychological traumas through present social factors of crime, firearms conflicts and early death by violence. We conclude this article by pointing out some possible contributions in the elaboration of strategies to promote the health of the community. This work adopted the type of bibliographic review research with a qualitative approach. The surveys were carried out in sites such as: Scielo, Google Scholar, Ministry of Health, World Health Organization, scientific books and articles.

## KEY WORDS

Resilience. Violence. Psychology. Health.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das constantes mudanças sociais, da crescente exposição e vulnerabilidade dos indivíduos a situações como assaltos, homicídios, perdas precoces por violência, o estresse causado pela insegurança e a exigência de adaptação frente a essas situações, faz-se necessário uma discussão do que a literatura elucida a respeito da resiliência e sua importância nesse momento atual.

Foco de estudo desde as décadas de 1970 e 1980, a resiliência, de acordo a Brandão e outros autores (2011, p. 264), está relacionada à resistência dos materiais, sendo, pois, “definida como a capacidade de um material em absorver energia na região elástica”. A expressão já era usada nas Ciências Exatas desde, pelo menos, 1807 (BRANDÃO et al., 2011). Taboada e outros autores (2006) corroboram com a ideia de que o termo resiliência tem sua origem na Física e Engenharia, sendo relacionada à capacidade do elástico em absorver energia e se recompor, até após o desgaste. Logo, compreende-se que a resiliência é a capacidade do indivíduo de se recuperar diante de situações adversas.

Alguns pesquisadores da Psicologia (POLETTI; KOLLER, 2008; LIPP; TRICOLI, 2014) conceituam a resiliência como a capacidade de superar situações conflitantes.

Atualmente, já é sabido que, após experiências desse tipo, o indivíduo não mais será o mesmo, pois o homem não pode absorver um evento estressor e retornar a sua antiga forma. Em outras palavras, “a experiência pela qual o indivíduo passa deixa marcas, e a nova realidade carregará sempre a marca das batalhas pelas quais passou” (LIPP; TRICOLI, 2014, p. 212).

O cenário atual da vida urbana tem sido rodeado de situações difíceis, principalmente no que concerne à violência. As cidades brasileiras têm convivido diariamente com diversas formas de violência, entre as quais homicídio, roubo à mão armada e conflitos com armas de fogo entre facções rivais. Estima-se que as taxas de morte por causas violentas têm se acentuado em todo o território brasileiro desde 1980 (SOUZA; LIMA, 2006). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003), 1,6 milhão de pessoas perdem a vida por ano, em todo o mundo, devido à violência. Dados brasileiros do Mapa da violência de 2016 apontam, lamentavelmente, que “95% da utilização letal das armas de fogo no Brasil tem como finalidade o extermínio intencional do próximo” (WAISELFSZ, 2016, p. 14). Este estudo indica, ainda, que houve o aumento da violência em todo território nacional.

Diante da gravidade da situação, é imprescindível que os indivíduos que se encontram próximos dessa realidade desenvolvam cada vez mais suas capacidades psicológicas, sejam estas individuais, familiares ou sociais (INFANTE, 2001), para lidar com os diversos aspectos da violência. Ademais, cabe ao Estado elaborar políticas públicas que visem intervir nessa realidade, promovendo segurança e qualidade de vida para a coletividade.

No intuito de buscar a superação de danos causados pela violência urbana por meio do desenvolvimento da resiliência, diferentes pesquisadores (INFANTE, 2001; DEL PRETTE et al., 2014; TABOADA et al., 2006; BRANDÃO et al., 2011; LIPP; TRICOLI, 2014) defendem a relevância do desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas, emocionais e comportamentais que favoreçam a adaptação positiva e a promoção da saúde dos indivíduos. Outros estudiosos (RIBEIRO; SANI, 2009) ressaltam a importância de alguns fatores de proteção como condições individuais e sociais que ajudam as pessoas na superação de adversidades, fatores que podem ser mais bem compreendidos e estudados quando separados em três aspectos, a saber: atributos individuais, familiar e rede de apoio social.

Historicamente, a violência é um problema que acompanha a humanidade. Portanto, a incerteza e a violência sempre estiveram presentes na vida do homem. Nos dias atuais, os crescentes índices de criminalidade têm causado diversas implicações para a sociedade, influenciando na saúde pessoal e coletiva. A violência tem suprimido a liberdade dos indivíduos que vivem nos contextos urbanos (PAULO, 2014). Assim, reivindicamos um olhar sobre os atuais acontecimentos, bem como a elaboração de programas de políticas públicas que visem a redução dos impactos da violência nos indivíduos e na sociedade como um todo.

O objetivo deste artigo é discutir a relevância da resiliência como forma de lidar com a violência urbana, apontar alguns fatores considerados protetivos, compreender as influências da violência e os possíveis danos na saúde pessoal e coletiva dos

indivíduos, de modo que possamos contribuir com futuras investigações voltadas para a promoção da resiliência no contexto social brasileiro.

## 2 A VIOLÊNCIA URBANA NO CONTEXTO ATUAL

A violência é um fenômeno sócio-histórico que, ao longo do tempo, tem estado presente na vida da humanidade. Atualmente, atinge uma maior notoriedade devido a sua presença e ocorrências alarmantes em todo o país, por suas diversas formas e danos causados aos indivíduos e à coletividade, principalmente nos centros urbanos. A OMS (2003) define a violência como o uso intencional da força física ou do poder contra si próprio, contra outras pessoas ou contra grupos, podendo resultar ou que tenha alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico ou social. De acordo com a última estimativa da organização, divulgada em 2003, mais de 1,6 milhão de pessoas perdem suas vidas e muitas outras são lesionadas, anualmente, devido à violência em todo o mundo.

A definição do que é violência é considerada um tanto complexa, devendo ser analisada em sua multiplicidade de fatores, seus contextos sociais, período histórico e situações específicas (GULLO, 1998); precisa ainda ser hierarquizada segundo o custo social ou pessoal (ABRAMOVAY, 2002). Minayo (1994), na tentativa de descrever uma definição de violência, compreendem-na como constituinte de ações humanas, podendo ser praticada pelos indivíduos, grupos, classes ou nações, com vistas a acarretar a morte de outros seres humanos ou afetar a integridade física, moral, mental ou espiritual desses.

Rocha (1996), por sua vez, concebe a violência como a quebra dos direitos humanos básicos. Desse modo, em sua compreensão,

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma via, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto. (ROCHA, 1996, p.11).

Pode-se dizer que não se conhece nenhuma sociedade que não tenha presenciado a violência, pois a mesma vem de tempos imemoriáveis. Assim, corroboramos com Minayo (1994) quando este destaca que a violência é um problema perene que, historicamente, tem acompanhado a humanidade. Trata-se, afirma o autor, de um fator complexo, tendo o seu local de desenvolvimento nas interações em sociedade, não podendo ser vista de forma unívoca e linear, mas considerada em sua pluricausalidade.

O cenário atual da vida urbana tem sido rodeado de situações de criminalidade, tráfico de drogas e conflitos com armas de fogo entre facções rivais e a polícia, com balas perdidas e morte precoce (PAULO, 2014). Diariamente, as cidades têm convivido com diversas formas de violência. Além de assassinato, roubo à mão armada, confrontos com balas perdidas entre gangues e polícia, existe a propagação de conteúdos de violência pelas mídias. Nesse sentido, as mídias sociais e os jornais impressos têm disseminado, de forma massiva, os conteúdos da violência por meio de constante divulgação enfática de homicídios e assaltos, elevando o nível de ansiedade da população e causando diversos danos emocionais (SILVA, 2009).

Cabe destacar ainda o atual contexto social, que tem propiciado a disparidade da violência no âmbito urbano, uma vez que o palco das relações urbanas é de contradições gritantes, onde a desigualdade social é visível (PAULO, 2014; FEGHALI et al., 2003). Nesse sentido, Larrat (2013, p. 38) afirma que

A pobreza e a miserabilidade urbana; o baixo índice de educação da população; o desemprego estrutural; a superexploração das classes trabalhadoras; a falta de políticas estruturais de segurança pública e a falta de políticas de impacto de curto prazo, principalmente no que concerne à infraestrutura de equipamentos tecnológicos para monitorar as áreas que apresentam elevados índices de violência social.

Na sociedade brasileira, o crescimento da violência urbana, em suas múltiplas modalidades – crime comum, crime organizado, violência doméstica, violação dos direitos humanos etc. – vem se constituindo uma das maiores preocupações sociais nas duas últimas décadas (ALMEIDA, 2010). Esse fenômeno social, o comportamento agressivo no meio urbano, tem sido amplamente discutido. E, em virtude da proporção e da intensidade que atinge o ambiente cotidiano, tornou-se um dos graves problemas da sociedade atual. A violência urbana em si engloba todos os tipos de violência que ocorrem no meio urbano, como a violência contra mulher, contra crianças, dentre outros.

Segundo o Mapa da violência de 2016, Maceió ocupava o 4º lugar entre as capitais brasileiras com maiores índices de violência por arma de fogo no ano de 2004, com uma taxa de 51 casos por cada mil habitantes. Dez anos depois, houve um aumento significativo de 44,5% na taxa, que subiu para 73,7, passando Maceió a ocupar a 2ª posição entre as capitais brasileiras com maiores índices de violência por arma de fogo, ficando atrás apenas de Fortaleza, cuja taxa é de 81,5 para cada 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2016, p. 31). Além dos números estatísticos, esses dados representam o crescente medo e insegurança das pessoas que vivem nos centros urbanos brasileiros, cerceados por várias formas de violência.

Assim, a liberdade tem sido suprimida nos centros urbanos do país. O homem encontra-se encarcerado. Encontramos algumas contribuições em relação à violência, como derivada do poder, onde as relações são utilizadas como instrumentos

desiguais, ocorrendo quando um dos lados não está desfrutando da sua liberdade (SOUZA, 2010). Nessa perspectiva, podemos perceber a violência urbana como uma consequência de uma violência anterior de direitos, igualdade e dignidade. A violência pode ser compreendida, então, como uma forma agressiva de resposta a não paridade social, ao poder abusivo e à banalização dos indivíduos. É neste quadro, pois, que a violência urbana encontra oxigênio para se expandir (FEGHALI et al., 2003).

No território brasileiro, as taxas de mortes por causas violentas nos principais centros urbanos estão entre as mais altas do continente americano, expressando uma tendência de crescimento, que vem se acentuando desde a década de 1980 (SOUZA; LIMA, 2006). De acordo com um documento publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 1996), a violência urbana, devido ao crescente número de vítimas e da magnitude dos danos orgânicos e emocionais, tem adquirido um caráter endêmico, convertendo-se em um problema de saúde pública em diversos países, inclusive no Brasil.

Com o crescente índice da violência, especialmente em contextos urbanos, tem se elevado os danos, lesões e traumas nas vítimas e familiares, causando um alto custo emocional e social, provocando repercussões na saúde pessoal e coletiva da sociedade atual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005), o que nos faz compreender que os direitos civis de segurança, integridade física e liberdade passam por uma profunda falta de legitimação.

De outro modo, vivemos em uma sociedade onde a vida e a liberdade parecem estar sendo vulgarizadas, sobretudo nos centros urbanos, onde as condições de vida são precárias. A insegurança é, contraditoriamente, uma certeza para aqueles que residem na zona urbana. Diante disso, não podemos negar a subjetividade em que se sustenta a vida social e pessoal. Não é uma questão de sobrepor uma sobre a outra, mas de percebê-las como um único conjunto, fazendo-nos melhor compreender o quanto as influências da violência urbana se faz presente no dano à saúde pessoal e coletiva dos indivíduos (MINAYO, 1994).

Entretanto, é importante destacar que, diante de ambientes desfavoráveis, que levam os sujeitos a uma situação de risco, há pessoas que, conseguem desenvolver a capacidade de reconstrução positiva. Assim, apesar da violência urbana ser considerada um fenômeno de caráter constante na vida em sociedade, ocasionando experiências traumáticas e sofrimentos, a forma de enfrentamento dessas experiências varia conforme a capacidade de adaptação a situações desencadeadas pela violência, isto é, em como o indivíduo lida com a situação, podendo desenvolver resiliência e prosseguir a sua vida de forma adaptativa.

### **3 RESILIÊNCIA**

Para Brandão e outros autores (2011), os estudos referentes à resiliência surgiram entre as décadas de 1970 e 1980, quando pesquisadores americanos e ingleses começaram a perceber que algumas pessoas, diante de fatores adversos ou situações traumáticas, conseguiam permanecer saudáveis. Inicialmente, o conceito de resili-

ência estava relacionado diretamente ao termo invulnerabilidade, que era utilizado para descrever as crianças que, apesar de terem vivenciado experiências traumáticas, apresentavam saúde emocional (ADELL'AGLIO, 2006).

Atualmente, compreende-se que a resiliência é um conceito multifacetado, contextual e dinâmico (MASTEN, 2001), abrangendo aspectos maiores do que o termo invulnerabilidade. Proposta por Bronfenbrenner em 1981, a perspectiva norteada pelo modelo ecológico-transacional traz uma grande contribuição ao propor que o indivíduo que desenvolve resiliência está imerso em uma ecologia – leia-se ecologia como um amplo contexto de relações, determinada por diferentes níveis, que interatuam entre si, exercendo uma influência direta em seu desenvolvimento humano (INFANTE, 2001, p. 25).

Dessa forma, a abordagem Ecológica de Bronfenbrenner pontua a bidirecionalidade em relação à pessoa e ao meio ambiente (SZYMANSKI; MARTINS, 2004), isto é, o indivíduo é influenciado e influencia seu meio, construindo e sendo construído nas relações, as quais proporcionam aprendizagens ou não de habilidades importantes para a vida.

As condições ambientais e a complexidade do contexto social em que o indivíduo está inserido serão significativas no desenvolvimento da resiliência, porquanto, mesmo que este tenha capacidade de superar as dificuldades, os fatores ambientais irão interferir nessa busca de estratégias para o enfrentamento de situações de risco, tornando-o mais suscetível ou não.

Desse modo, Lipp e Tricoli (2014) descrevem a resiliência como a habilidade de perseverar e de se adaptar quando as coisas não vão bem. Lipp, Malagris e Novais (2007) reforçam que o termo resiliente é mais apropriado, pois dá a entender não que haja invulnerabilidade, mas sim que a pessoa consegue superar as crises e adversidades da vida. Porém, é importante esclarecer que a resiliência não elimina riscos, mas encoraja a pessoa a superar a situação de risco vivenciada (MARTINS, 2014). A resiliência implica em o indivíduo, afetado pelo estresse ou adversidade presente nas relações e interações com o mundo, ser capaz de superá-lo e sair fortalecido, diz Infante (2001, p. 24), ressaltando que “[...] a resiliência implica um processo que pode ser desenvolvido e promovido”, sendo necessário o seu fortalecimento ao longo do ciclo da vida.

A resiliência quanto ao modo de superação de situações conflitantes traz consigo a possibilidade da experiência traumática ser elaborada simbolicamente, para que, futuramente sirva como subsídio para novas situações estressantes. (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006, p. 106).

Angst (2009) observa que Frederic Flach foi um dos primeiros autores a discutir sobre o conceito de resiliência, assegurando, em 1966, que a resiliência dependerá da habilidade da pessoa em reconhecer a dor pela qual está passando, de perceber qual o seu sentido e de tolerá-la durante um tempo até que seja capaz de resolver esse conflito de forma construtiva. A resiliência pode ser definida,

então, como uma capacidade universal que possibilita a uma pessoa, grupo ou comunidade prevenir, minimizar ou superar os efeitos nocivos das adversidades, saindo dessas situações fortalecida ou até transformada, porém não ileso, visto que aprendemos, crescemos e nos desenvolvemos com nossas experiências para nos construir sobre elas (POLETTTO; KOLLER, 2008).

Apesar dos avanços das pesquisas, o termo resiliência ainda é passível de muitas interpretações, como a que relaciona a sua significação a estar imune a fatores de risco, criando-se a ideia de resistência advinda da rigidez dos materiais e não da elasticidade, o que sugere flexibilidade. De acordo com Brandão e outros autores (2011), há materiais que não se deformam sob pressão, nesses casos não absorvem energia; são, portanto, considerados resistentes, rígidos e não elásticos. Contudo, em Psicologia a resiliência é conceituada como uma adaptação positiva (INFANTE, 2001), a capacidade de resignificar e lidar com o problema (ANGST, 2009), um mecanismo de perceber e interpretar o mundo ao seu redor (LIPP; TRICOLI, 2014), uma construção de significado pessoal (TABOADA et al., 2006).

A resiliência passa, então, a ser considerada como uma trajetória de vida que se constrói, de forma gradativa, a partir de uma sequência de processos proximais de complexidade crescente, vivenciados desde o início da vida, os quais possibilitam que, mesmo em contextos de risco elevado, as pessoas, as famílias ou as comunidades administrem as adversidades que enfrentam, de forma a encontrar respostas aos seus problemas e suas necessidades. (SILVA; LACHARITÉ; SILVA et al., 2009, p. 93).

Como bem destacado por Silva (2009), a resiliência pode ser construída de forma gradual desde a infância. Todavia, é importante ressaltar que as estratégias de enfrentamento ao estresse com base no desenvolvimento da resiliência também podem ser aprendidas em qualquer momento da vida (LIPP; MALAGRIS; NOVAES, 2007), pois a aprendizagem é um processo contínuo nesse percurso, possibilitando ao indivíduo adquirir, ao longo do tempo, habilidades para lidar com as demandas e as situações do cotidiano.

Diversos autores corroboram com esse ponto de vista (SZYMANSKI; MARTINS, 2004; BRANDÃO et al., 2011; POLETTTO; KOLLER, 2008; ANGST, 2009; VACCARI, 2012), concebendo a resiliência não como algo estático ou imutável, mas como um processo que pode ser construído e reconstruído ao longo da existência, em virtude da vasta capacidade humana de aprender e atribuir novos significados às experiências.

Em busca de compreender as diferenças dos indivíduos considerados mais resilientes que outros, pesquisas recentes apontam para os múltiplos fatores que estão relacionados com o tornar-se resiliente. Nesse sentido, Lipp, Malagris e Novaes (2007) afirmam que as pessoas biologicamente mais sensíveis são mais vulneráveis a situações de estresse, possuindo uma grande sensibilidade límbica, ao

tempo em que possuem uma história de vida que favorece o modo de pensar estressante. Ou seja, múltiplos fatores, como familiares, bioquímicos, fisiológicos, cognitivos, afetivos, biográficos, socioeconômicos, sociais e culturais, interferem na construção da resiliência (INFANTE, 2001).

Para a promoção da resiliência é fundamental que a percebamos como um amplo processo que ocorre ao longo da vida, de forma que devemos compreender o sujeito não por si só, mas em interação com o mundo, alguém pertencente a uma dada estrutura familiar, com determinada condição econômica, biológica e biográfica. Como já vem sendo mencionado neste artigo, todos esses aspectos vão interagir, interferindo no modo como o indivíduo irá perceber, interpretar e se comportar diante das adversidades.

#### **4 DESENVOLVIMENTO DE RESILIÊNCIA EM MEIO A VIOLÊNCIA**

Compreende-se, tendo em vista o atual quadro de violência no país, que a resiliência é relevante para que o indivíduo consiga se sobressair às experiências traumáticas, desenvolvendo comportamentos adaptativos. Assim, precisamos buscar formas de promover uma adaptação positiva dos indivíduos frente à violência. Nessa busca, Infante (2001) indica que a atuação do psicólogo no desenvolvimento da resiliência deve ocorrer nos âmbitos políticos, institucionais, comunitários, familiares e individuais. Nessa perspectiva, acredita-se que a promoção integral de comportamentos resilientes está vinculada ao entendimento da resiliência como processo de responsabilidade social e política.

Portanto, para que haja uma maior probabilidade de êxito na promoção da resiliência, principalmente a relacionada à violência urbana, torna-se necessário que os programas de políticas públicas a serem desenvolvidos alcancem os aspectos individuais, familiares e sociais (INFANTE, 2001), sendo imprescindível a atuação do psicólogo nas diferentes fases e áreas da vida humana, visando minimizar os fatores de riscos (RIBEIRO; SANI, 2009), como também promover os fatores que propiciam o bem-estar e o crescimento da resiliência (SELIGMAN, 2012), favorecendo a qualidade de vida dos indivíduos e da coletividade.

Por intermédio da pesquisa de Ribeiro e Sani (2009), podemos obter importantes informações quanto aos fatores de riscos que podem favorecer fortemente o não progresso da resiliência – risco acumulativo de aspectos negativos, história de contato frequente com a violência, elevado estresse emocional, exposição à violência e conflitos familiares, baixo envolvimento parental, rejeição social, pouco envolvimento com atividades convencionais, déficits nas habilidades sociais.

Como também sobre alguns fatores considerados protetivos que contribuem na expansão da resiliência – competências de gestão de estresse e regulação emocional, saudável sentido de si, expectativa positiva, otimismo face ao futuro, capacidade para discutir problemas com a família, envolvimento em atividades sociais, ambientes promotores de segurança e saúde, coesão social –, sendo estes uma importante fonte de informações para nortear planejamentos de programas e projetos de políticas públi-

cas que favoreçam a promoção dos fatores considerados protetivos para o indivíduo, enquanto ser único e para a sociedade, enquanto coletividade.

Assim, torna-se imprescindível que o psicólogo adote uma postura política frente à sociedade, ou seja, uma atitude orientada para a atuação na formulação das políticas e programas, a execução das ações, bem como a avaliação e o acompanhamento desta.

Enquanto trabalhos a serem desenvolvidos no campo individual, há a possibilidade de o psicólogo poder atuar, auxiliando o indivíduo na construção do seu significado pessoal, ajudando-o a buscar melhores alternativas no seu modo de compreender a si e significar o mundo (LIPP; MALAGRIS; NOVAES, 2007). Alguns autores (BRANDÃO, 2011; DEL PRETTE et al., 2014) destacam a possibilidade e a importância da realização de intervenções que contribuam no desenvolvimento de habilidades de enfrentamento, especificadas de habilidades sociais, sendo as mais necessárias de serem incorporadas na vida dos indivíduos o otimismo, senso de humor, competência social e educacional, flexibilidade, propósito, modos de resolver problemas, autoconhecimento, esperança em relação ao futuro, paciência, responsabilidade, determinação, compaixão, autoconfiança (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006, p.106).

Nesse ponto de vista, é significativa a criação de redes de apoio que sirvam para o desenvolvimento dessas capacidades pessoais, antes dos indivíduos sofrerem os danos traumáticos causados pelo contato direto com a violência urbana. Knapp (2007) destaca a importância de um espaço de fala para os indivíduos que se sentem prejudicados pela violência urbana, que, tendo passado por uma situação traumática, possa falar, expor sua subjetividade, podendo atribuir um novo significado à vivência armazenada. Criar espaços que sirvam para ajudar os indivíduos é, de certa forma, proporcionar à sociedade um sentimento de apoio, é ter onde e a quem recorrer. Como pontua Martins (2014), projetar o sofrimento para além de si possibilita a capacidade de encontrar outro sentido para a experiência vivida.

A preocupação do psicólogo, enquanto profissional atuante na promoção da saúde pública, pensando nos trabalhos desenvolvidos com vistas à coletividade, deve ir além do consultório clínico. Precisa adentrar em órgãos comunitários, públicos ou privados, como Organizações não governamentais (ONG), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Hospitais, Escolas, Centro Comunitário, Igrejas etc. (BLEGER, 1992).

Como ressalta Zurba (2011, p. 6), "a saúde tem uma história na vida cotidiana das pessoas e das comunidades". Ou seja, ela é constituída de um contexto que interage por meio das relações existentes com o meio. Em outras palavras, a saúde é cotidiana, feita do dia a dia. Acontece em uma realidade social em que os homens produzem e reproduzem constantemente suas condições de existência. Por esse motivo, o psicólogo deve estender seu olhar para compreender essa dinâmica de funcionamento biopsicossocial.

Para que a promoção da resiliência enquanto parte, também coletiva, alcance uma expansão significativa no território brasileiro, deve ser inserido nesse processo o governo, as políticas de segurança, os direitos básicos do ser humano. Nesse sentido,

é necessário que haja reflexão e mais ações vinculadas à elaboração de projetos que assegurem à sociedade a promoção da igualdade de direitos, visualizando a criminalidade também como um fator psicossocial existente nas relações humanas.

A partir desse princípio, o serviço prestado para a população deve ser feito de forma integral, com qualidade e compromisso social, atendendo às suas necessidades. A prática psicológica deve alcançar, sobretudo, a compreensão do ser humano para além do seu estado atual, individual. A Psicologia deve se pautar, pois, pela forma holística do sujeito, compreendendo a sua realidade e o modo como ele encara as situações adversas apresentadas.

A Psicologia, respeitando e compreendendo as particularidades e as formas específicas de alguns indivíduos em lidar com as situações decorrentes da violência urbana, visa ofertar ao sujeito melhores condições de confrontação do problema, atuando no sentido de auxiliá-lo no desenvolvimento de habilidades que os levem a enfrentar situações ocasionadas por eventos negativos, contribuindo com ele na construção de alternativas que possibilitem um novo olhar diante dos contextos nos quais a violência se manifesta.

Devemos considerar, pois, que a atuação do psicólogo é indispensável nesse processo, visto que a resiliência não é inata ao sujeito (RIBEIRO; SANI, 2009) e sim desenvolvida a partir de suas vivências, das influências que o seu contexto social irá lhe ofertar e da forma como esse sujeito irá compreender o que está vivendo. Confrontando-se com situações adversas por meio de atitudes resilientes, sairá fortalecido (ANGST, 2009). Portanto, como disse Infante (2001, p.14):

É importante entender a resiliência como um processo de superação da adversidade, como responsabilidade social e política, já que pode ser promovida com a participação de pais, pesquisadores, pessoas que trabalham na área, implementando programas psicossociais e serviços [...] Fazendo um chamado à responsabilidade coletiva.

Dessa forma, pensar a resiliência como um processo de desenvolvimento possibilita ao psicólogo uma prática privilegiada e necessária, como também proporciona o reconhecimento da ciência psicológica por meio de um trabalho tracejado no compromisso e responsabilidade social. Sendo assim, é imprescindível a atuação da Psicologia na criação de estratégias junto à sociedade e ao poder público que proponham contribuir e fortalecer os fatores que intensificam o avanço da resiliência no enfrentamento da violência urbana.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, partimos dos conceitos de resiliência e da violência urbana. Vimos que alguns pesquisadores retomaram e adaptaram o termo resiliência, originado da Física e da Engenharia, vinculando-o à resistência dos materiais e o comparando à

capacidade do elástico em absorver energia e se recompor mesmo após o desgaste. Logo, a resiliência está inserida numa concepção de adaptação frente às situações que exijam flexibilidade.

É importante considerar, no entanto, que a capacidade de resiliência vai muito além do recuperar-se de um dano, uma vez que implica uma superação do que se era, bem como crescimento pessoal. Dessa forma, consideramos essencial que as pessoas que estudam a resiliência entendam a construção do seu conceito e o seu ponto de vista, processo imprescindível para o alcance de sua melhor percepção e compreensão.

Neste estudo foi possível constatar que a violência urbana tem grande impacto na saúde da coletividade, interferindo significativamente no comportamento social. Os índices atuais revelam muito mais que números, revelam a realidade em que vivemos. A consequência disso tem sido uma crescente quantidade de doenças emocionais e psicológicas, que tem avançado em todas as esferas sociais, culminando em uma questão de saúde pública.

Portanto, desenvolver a resiliência é um modo importante para lidar com situações adversas, que emergem no cotidiano, sendo fundamental que o indivíduo e a sociedade adquiram habilidades e estratégias que possibilitem uma construção saudável diante das adversidades, assim como é imprescindível o desenvolvimento de políticas e projetos que favoreçam o aumento dos fatores protetivos na família, na escola e na comunidade.

A resiliência indica um novo modelo de compreender o desenvolvimento humano, não pela grandeza da doença, mas da saúde; pela possibilidade de ações positivas que promovam o crescimento. Nessa perspectiva, o psicólogo assume um papel de suma importância, pois pode atuar difundindo conhecimentos, elaborando projetos, criando intervenções, atuando na infância com o objetivo de preparar as crianças e seus familiares na construção de estratégias preventivas e na aquisição de habilidades cognitivas, emocionais e comportamentais que favoreçam o fortalecimento do indivíduo, assim como se engajando em busca de uma saúde social coletiva.

Com uma ampla possibilidade de atuação, a Psicologia pode auxiliar a sociedade a promover e desenvolver a resiliência. Para isso, é indispensável que o profissional da área esteja preparado, com um arcabouço científico atualizado e significativo para participar ativamente na construção da resiliência, indo ao encontro da sociedade, promovendo atividades em diversas áreas, como escola, família, comunidade, clínica etc., das formas mais variadas, por meio de grupos cooperativos, palestras que contribuam para a formação de pessoas, pais, educadores e profissionais da saúde, psicoterapias etc.

Ao fim deste artigo, é essencial destacar que os estudos sobre a resiliência são de grande subsídio para um olhar otimista do homem. Por meio do seu conhecimento, somos convidados a ver o indivíduo como capaz de buscar recursos para superar as adversidades, sendo alguém que consegue procurar soluções em si e no ambiente que o rodeia para a resolução de conflitos. Diante disso, é de extrema importância compreender que a resiliência não é inata e sim aprendida de diversas formas, sendo uma delas a efetivação de programas voltados às distintas populações, com essencial participação tanto de profissionais como de instituições que se engajem na promoção de saúde pela resiliência.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192p.
- ADELL'AGLIO, D.D; KOLLER, S.H; YUNES, M.A.M. **Resiliência e Psicologia positiva: interfaces do risco à proteção.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.
- ALMEIDA, M.G.B. **A violência na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ANGST, R. Psicologia e resiliência: uma revisão de literatura. **Psicol. Argum**, Curitiba, v.27, n.58, p.253-260, 2009.
- BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BRANDÃO, J.M. *et al.* A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Rev. Paideia**, v.21, n.49, p.263-271, 2011.
- DEL PRETTE, Z; MURTA, S.G; CANGUSSÚ, E.D.A; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais, stress e violência no namoro. In: **Relacionamentos interpessoais no século XXI e o stress emocional.** Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014.
- FEGHALI, J; MENDES, C; LEMGRUBER, J. **Reflexões sobre a violência urbana:** (In) segurança e (Des) esperança. Rio de Janeiro: Mauad x, 2003.
- GULLO, A.A.S. Violência urbana: um problema social. **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 1998.
- INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO; OJEDA. Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas. **Paidós: tramas sociales**, Buenos Aires, 2001.
- KNAPP, P. **Terapia Cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LARRAT, H.J.F.M. **Pobreza e violência urbana:** um estudo de casos sobre as políticas sociais públicas e de segurança pública de prevenção e combate à pobreza e à violência, no bairro da Terra Firme em Belém-PA. Belém, 2013.
- LIPP, M; TRICOLI, V. **Relacionamentos interpessoais no século XXI e o stress emocional.** Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014.
- MARTINS, M.H. Resiliência familiar: revisão teórica, conceitos emergentes e principais desafios. **Cadernos do GREI**, Algarve, 2014.

MASTEN, A.S. Ordinary magic: resilience processes in development. **Rev. American Psychologist**, v.56, n.3, p.227-238, 2001.

MINAYO, M.C.S. Violência sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p.7-18, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Série B. Brasília, 2005.

LIPP, M.; MALAGRIS, L.E.N; NOVAIS, L.E. **Stress ao longo da vida**. São Paulo: Ínoce, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Informe mundial sobre La violência y La salud**. Rev. Washington: EUA, 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. **Rev. São Paulo: EDUSP**, v.1, n.10, 1996.

PAULO, L.F.L. **O retrato social: reflexões sobre violência, segurança e sociedade**. São Paulo: Revolução ebook, 2014.

POLETTI, M; KOLLER, S.H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Rev. Estudos de Psicologia**, Campinas, p.405-416, 2008.

RIBEIRO, M.C.O; SANI, A.I. Risco, proteção e resiliência em situações de violência. **Rev. da Faculdade de ciências da saúde**, p.400-407, 2009.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII**. Recife: UFPE, 1996. p.3-71.

SELIGMAN, M.E.P. **Florescer: uma compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, M.R.S. *et al.* Processos que sustentam a resiliência familiar: um estudo de caso. **Texto Contexto Enferm.**, p.92-99, 2009.

SOUZA, E.R; LIMA, M.L.C. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva**, v.11, p.1211-1222, 2006.

SOUZA, L.A.F. **Sociologia da violência social**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010.

SZYMANSKI, H; MARTINS, E. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Rev. Estudo, pesquisa e Psicologia**, Rio de Janeiro, p.63-77, 2004.

TABOADA, N.G; LEGAL, E.J.; MACHADO, N. Resiliência: em busca de um conceito. **Rev. brasileira crescimento e desenvolvimento humano**. São Paulo, p.104-113, 2006.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ZURBA, M.C. Contribuições da Psicologia Social para o psicólogo na saúde coletiva. **Rev. Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, p.5-11, 2011.

---

**Data do recebimento:** 9 de janeiro de 2018

**Data da avaliação:** 16 de fevereiro de 2018

**Data de aceite:** 3 de março de 2018

---

---

1 Psicólogo escolar no colégio Moura Carvalho e pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: allyssonlessa2009@hotmail.com

2 Psicóloga pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: lariss\_santana@hotmail.com

3 Psicóloga clínica do espaço gente e pelo Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. E-mail: sthephanyerodrigues@hotmail.com

4 Professor assistente no curso de Psicologia do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL; Especialista em Psicologia clínica (CESMAC – AL) e formação em Gestalt (CESMAC – AL). E-mail: robertolopessales@hotmail.com

